

SÃO LUÍS EM TEMPOS DE “MARANHÃO NOVO”: A (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA CAPITAL MODERNA SOB O GOVERNO JOSÉ SARNEY (1966-1970)

SÃO LUIS IN THE TIMES OF "MARANHÃO NOVO": THE RECONSTRUCTION OF A MODERN CAPITAL UNDER JOSÉ SARNEY'S GOVERNMENT (1966-1970)

Marcelo Lima Costa*

RESUMO

O presente texto busca apresentar o debate acerca da modernização urbana, travado durante o final dos anos 1960, que estiveram na origem da expressão “Maranhão Novo”. Instituições novas, em especial o Porto do Itaqui, e um novo plano rodoviário deveriam ser os símbolos do “novo”. As obras realizadas no espaço urbano de São Luís, projetadas por jovens tecnocratas, buscavam dar à capital do Maranhão uma nova fisionomia, compatível com a modernização proposta para o estado. Novas avenidas deveriam surgir sobretudo nas áreas alagadas do Centro. Os alagamentos, signos do atraso, deveriam ceder lugar ao asfalto e ao concreto armado. Signo máximo da modernidade, as novas pontes deveriam ligar a cidade antiga dos sobradões, à cidade nova. Essas intervenções urbanas suscitaram a construção de uma nova narrativa, que escamoteava muitos espaços da cidade, alheios ao movimento moderno. Por sua natureza excepcional, o moderno foi limitado.

PALAVRAS-CHAVE: São Luís. História. Cidade. Modernização.

ABSTRACT

The present text seeks to present the debate about urban modernization that took place during the late 1960s. It was the so-called “New Maranhão”. New institutions, in particular the Port of Itaqui and a new road plan, should be the symbols of the “new”. The works in the urban space, created by young technocrats, sought to give the capital a new appearance, compatible with the modernization proposed for Maranhão. New avenues, especially in the flooded areas of the Center (signs of backwardness) should yield to asphalt and reinforced concrete. Singo maximum of modernity, the new bridges, should connect the old city of the big houses, to the new city. However, these urban interventions also represented the construction of a new narrative, which concealed the many spaces of the city, alien to the modern movement, which, due to its exceptional nature, was limited.

KEYWORDS: São Luís. History. City. Modernization.

* Professor do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: mlcosta89@bol.com.br

INTRODUÇÃO OU A TRAJETÓRIA MODERNA DE SÃO LUÍS

O alvorecer da República representou, para o Maranhão, um momento de dualidade entre uma suposta riqueza cultural e uma crise econômica, sempre reportada nas falas dos membros das elites locais. Essa elite política e econômica, ressentida com a condição periférica na qual se encontrava o estado, procurou lançar a ideia da “*Atenas Brasileira*”, a fim de reestruturar supostos parâmetros sociais ditos clássicos, oriundos do século XIX. O mito se apoiava na ideia de que a cidade seria um espaço privilegiado dos intelectuais, cujo maior símbolo foi o poeta Gonçalves Dias. Mais tarde, esse mito foi relançado, associado à pujança econômica e à formação de uma elite oriunda da exportação de bens agrícolas, ao longo dos séculos XIX e XX.

Grosso modo, as lideranças da antiga cidade de São Luis – que outrora situou-se “como 4ª cidade brasileira em população” (TRIBUZI, 1981, p. 17) – buscavam inseri-la nos moldes modernizadores da República. Contudo, o moderno século XX se iniciava sob o signo da crise, em virtude do malogro dos negócios locais baseados na mão de obra escrava. Entre ciclos de altos e baixos, o primeiro quarto do século XX viu surgir a panacéia babaçu (uma espécie de palmeira, dotada de frutos com sementes oleaginosas e comestíveis, da qual se extrai um óleo, empregado especialmente na alimentação, no fabrico de remédios e de combustíveis), cogitada como a salvação da economia local.

Nos anos 1930, em meio à letargia econômica e social, o Maranhão havia se transformado em um estado com baixa densidade demográfica e desprovido de infraestrutura de comunicação e transportes, o que limitava a economia local. Mesmo com algumas mudanças propostas em 1930 e nos anos seguintes, o comércio exportador, sobretudo do algodão, era a principal fonte de riqueza do estado. Com raras mudanças, essa era a realidade, ainda, nos anos 1950 e 1960: economia dependente da agroexportação, comunicação e transportes débeis e estruturas políticas controladas por representantes das oligarquias, muitas delas oriundas do século XIX. Além disso, a desaceleração da economia no pós-1945 foi dramática para o estado. Segundo Henrique Costa Fernandes (2003, p. 194), “findado o conflito, à medida que se normalizava o trabalho e as fontes de produção, tudo o que era extraordinário, efeito imediato das agruras da guerra, foi lentamente desaparecendo do quadro nas nossas transações exteriores”.

Com a aceleração econômica, e as mudanças no plano cultural e político, dos anos 1950, houve uma retomada do crescimento econômico no Maranhão, impulsionado pelo programa de governo de Juscelino Kubitschek que, com a máxima “50 anos em 5”, prometia 50 anos de progresso e modernização em apenas 5 anos de mandato. Não obstante o ufanismo da proposta, os efeitos do programa governamental no Maranhão foram limitados. A controversa liderança política do deputado Vitorino Freire – caracterizada pelo mandonismo, que se estendeu entre os anos de 1947-1964 – resultou no fato de que todos os governadores eleitos, no período, fossem, em menor ou maior grau, correligionários de Freire ou indicados diretamente por ele. Frente a esse poder quase absoluto o mandatário, a oposição, interessada em transformações políticas e sociais, se aglutinaram, uns mais à

esquerda, outros mais à direita, numa frente política contra o *satus quo*. Para a ansiada “modernização”, era fundamental superar o situacionismo maranhense. O discurso de renovação espalhou-se por todo o estado em meados dos anos 1960.

“MARANHÃO NOVO”?

É nesse contexto que se inicia o primeiro governo de José Sarney, que prometia um “Maranhão Novo”¹ e um “Milagre do Maranhão”. A partir de 1966, a promessa de dias gloriosos amparou-se no imprescindível apoio e na confiança dos militares, que governavam o país desde 1964. Habilmente, Sarney havia se colocado ao lado dos chamados “revolucionários” de abril de 1964. As eleições de 1965 para governador representaram, no Maranhão, o ponto alto da disputa pela primazia do projeto político local e a dinâmica do poder sofreu, segundo Maria Virgínia Guilhon (2007), uma inflexão fundamental com a subida de José Sarney ao governo, no bojo das Oposições Coligadas.

Contando com forte popularidade, principalmete nas áreas pobres da capital, o futuro governador possuía trânsito entre os reais donos do poder. A despeito de ter feito parte da “subversiva” FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), ao udenista Sarney foi permitido ascender à chefia do governo estadual devido à sua posição menos radical quando comparada à de um de seus principais adversários, o deputado nacionalista e petebista Renato Archer, filho de Sebastião Archer, político tradicional que havia sido governador do estado entre 1947 e 1951.

A votação expressiva recebida por Sarney se constituiu em um *referendum* da sociedade civil, especialmente da capital, ao objetivo dos generais, de afastar da grande política certos “coronéis” tradicionais (GUILHON, 2007, p. 5). No caso do Maranhão, esses coronéis estavam tanto no grupo *vitorinista*, quanto no bojo das “oposições coligadas”. Oposicionista, no plano local, Sarney converteu-se numa espécie de *outsider*, e recebeu o consentimento, ainda que com alguma desconfiança, dos generais. As transformações pretendidas pela oposição, no Maranhão, eram de tamanha monta que chamaram a atenção de Carlos Lacerda. Em entrevista à revista *Realidade*, ele analisou a derrota política de Vitorino no Maranhão:

Ao bater seus concorrentes nas urnas, Sarney derrubou quase tudo quanto havia de tradicional na política do Maranhão: o senador Vitorino Freire, por exemplo, tinha quarto permanente no Palácio fazia 20 anos. Até carregava a chave no bolso em sinal de prestígio. Pois, Vitorino perdeu o quarto. E devolveu a chave (LACERDA, 1966, p. 21).

Sob o governo José Sarney, o estado do Maranhão vivenciou o que viria a ser nomeado, entre 1969 e 1970, como o “milagre maranhense”, culminância de um conjunto de ações de modernização das instituições estatais. Esse processo ocorreu em paralelo com o aprofundamento do estado de exceção,

¹ O dístico “Maranhão Novo”, utilizado como slogan político e publicitário da campanha eleitoral e do governo José Sarney, estavam presentes em quase a totalidade dos impressos do estado naqueles anos. Estava implícita na propaganda a postura progressista modernizadora que o governo Sarney buscava imprimir.

capitaneado pelo presidente Artur da Costa e Silva, que teve como ponto crucial a publicação, em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5.

Desejoso da promoção do “milagre”, o governo estadual iniciou, de maneira discreta, uma reforma política, administrativa e econômica, cuja menina dos olhos era um ambicioso plano para a infraestrutura local, amparada na criação de várias instituições, dentre as quais a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), com o objetivo de planejar, coordenar e controlar as ações que promovessem o desenvolvimento do Estado. Falava-se que era necessário retirar o Maranhão e a cidade de São Luís de suas estruturas atrasadas, quase medievais, segundo relatório emitido pela Associação Comercial.

Figura 1 – Título de relatório publicado no Jornal do Dia, São Luis, em março de 1966



Fonte: *Jornal do Dia*, 4 de março de 1966.

Havia a intenção de abrir novas vias e ampliar a estrutura urbana da capital, que, até meados dos anos 1960, restringia-se ao eixo oeste-leste da cidade, do Centro Antigo e da Praia Grande até o Caminho Grande, espremido entre os rios Anil e Bacanga. A cidade crescia de forma lenta, as habitações deficitárias não atendiam à crescente demanda em virtude do êxodo rural. O novo governo ansiava a criação de uma nova cidade, com regiões destinadas à especulação imobiliária, conjuntos habitacionais para a classe média e alta (na região norte da ilha), um amplo bairro operário, uma nova universidade, um lago artificial, além de um distrito industrial e um porto (no sul da ilha), projetos que pretendiam desafogar o antigo e saturado eixo oeste-leste.

MÃOS A OBRA: INÍCIO DE UMA ERA DE PAZ E DESENVOLVIMENTO

A Revolução de 31 de março não cometeu no Maranhão qualquer absurdo. Terá cometido pequenos enganos, naturais em época de duração transitória. Mas sua presença no pleito, garantindo a quantos nele se empenharam, foi o mais eloquente atestado de sua origem democrática. A Revolução chegou desarmada ao Maranhão e aqui se armou apenas, com o voto o povo maranhense e a mensagem nova de um candidato vinculado aos anseios populares sem compromissos bastardos com quaisquer pessoas ou agremiações (*O Imparcial*, 14 de outubro de 1965).

A imprensa local comemorou os resultados das eleições de 1965 – estritamente controlada pelos militares – para o Governo do Maranhão. Não houve surpresa, uma vez que a conjuntura nacional era favorável ao jovem grupo liderado por José Sarney. De acordo com Drielle Souza Bittencourt (2018), diante da vitória, houve um consenso para favorecer o chefe do executivo estadual perante a liderança

da ditadura empresarial-militar instalada com o Golpe de 1964.. Conforme a autora, o objetivo era claro: garantir que as propostas do novo governador fossem integradas ao projeto que estava sendo posto em execução no âmbito federal.

A partir de 1966, o acesso aos organismos de fomento federais e o apoio explícito do governo dos Marechais Castelo Branco e Costa e Silva alçaram o estado atrasado e periférico do Maranhão a uma condição de polo de investimentos com o intuito de, como falavam as lideranças locais, inserí-lo, definitivamente, na lógica capitalista – com todos os seus ônus e, eventualmente, algum bônus. Diante da forte propaganda, ancorada nos aparatos de imprensa à disposição do governo, os grandes projetos que viriam a garantir o “Maranhão Novo” e o “Milagre Maranhense” gozaram de apoio da sociedade, singularmente, das camadas populares do setor urbano, que viam em muitos dos ousados projetos oportunidades de acesso ao trabalho formal, precipuamente na construção civil.

Contudo, apesar do escopo modernizador, muitas das medidas tomadas pelo governo de Sarney representaram retrocessos e passaram longe de representar ganhos para as parcelas mais vulneráveis da população maranhense. A Lei de Terras, de 1969, conforme Roberval Amaral Neto (2019), foi um importante exemplo dessa lógica. Após dois anos de administração Sarney, o governador e seu grupo passavam por dias de estabilidade: incontestável apoio popular, oposição inexistente e, por fim, confiança dos militares que governavam o país à época. Nesse momento, o projeto do Maranhão Novo começava ser executado, mediante a criação de uma série de instituições: Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA); a estruturação das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR) e da Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB); a expansão da Companhia de Telecomunicações do Maranhão (TELMA); a criação do Tele-Ensino como o Centro Educacional do Maranhão (CEMA); e a criação do Centro de Processamento de Dados do Maranhão (PRODATA).

Todas essas ações tinham como propósito a inserção do Maranhão “no século XX”. A construção da Ponte do São Francisco – Ponte da Esperança, para muitos – era o símbolo dos novos tempos. Contudo, esses não eram os únicos projetos que demandavam a atenção do governo. Os planos para a capital envolviam a remoção de grande parte das moradias pobres próximas ao Rio Bacanga, na região central de São Luís. Previa-se a construção de um aterro para que a cidade avançasse sobre o mangue (o Aterro do Bacanga) e a construção de um elo entre a cidade e o que viria a ser o Porto do Itaqui (a Barragem do Bacanga).

A afinidade entre o governo local e os militares viabilizou a liberação de 520 milhões de cruzeiros junto aos organismos federais de fomento para as obras iniciais do Aterro do Bacanga (*O Imparcial*, 1 de junho de 1966). O espírito da época – ou *zeitgeist*² como sugerem os alemães – estava imerso na perspectiva de abrir a cidade à modernidade, ainda que esta estivesse atrelada ao sistema capitalista e ao projeto autoritário, típico da experiência periférica brasileira.

² Goethe definiu *zeitgeist* como um conjunto percepções e impressões que dominam um momento específico da história e que, de modo inconsciente, definem o pensamento de todos os que vivem num determinado contexto, sobretudo espacial e histórico (WELLER, 2010).

Os supostos benefícios oriundos da política desenvolvimentista autoritária nacional eram fortemente propagandeados, inclusive um conjunto de dados e indicadores econômicos quase inalcançáveis para a maioria dos cidadãos: a partir de 1968 – nos dois últimos anos do governo Sarney, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de “aproximadamente 11 % ao ano, enquanto no período anterior (1964-1967) o crescimento havia sido na casa de 4,2% ao ano” (VELOSO; VILLELA, GIAMBIAGI, 2008, p. 222). Vários fatores contribuíram para esse cadinho do crescimento econômico, como a grande expansão da economia internacional, a oferta de crédito externo barato e, principalmente, as amplas reformas institucionais propostas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), primeiro plano econômico lançado após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Apresentado pelo Ministro do Planejamento, Roberto Campos, o PAEG previa o combate à inflação; o aumento dos investimentos estatais (em especial na infraestrutura) e a reforma do Sistema Financeiro Nacional. Wivian Weller (2010) pontua que o plano trazia como missão diminuir as desigualdades regionais (Norte-Sul) e atrair investimentos externos. Por outro lado, as reformas visavam criar as condições para aceleração econômica do Maranhão, sob Sarney (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008, p. 223), e tirar o estado da condição de estado menos industrializado do Brasil.

Figura 1 – Título de matéria publicada no *Jornal do Dia*, em maio de 1966



Fonte: *Jornal do Dia*, 2 de maio de 1966.

Naquele contexto de grandes mudanças – senão executadas, pelo menos planejadas – era necessário mudar a fisionomia da cidade, expandi-la para além rios e transformá-la, efetivamente, numa cidade industrial. A ideia de modernização, de tempos em tempos, é revisitada, e se apresenta por uma grande variedade de termos, usados para definir os processos e as mudanças ditas modernas, ao longo do século XX.

José Carlos Reis pontua que ações salvacionistas têm como pressuposto a ideia da modernização e a superação dos valores de antigos, atrasados, no sentido de revelar a “verdade, o caminho e a vida” (REIS, 2006, p. 23). As intervenções modernizadoras deveriam ser planejadas por tecnocratas religiosamente fiéis à “revolução”: engenheiros, arquitetos, administradores e advogados. No Maranhão, projetos como o Aterro do rio Bacanga e a sua dragagem, a construção de uma Barragem sobre Rio Bacanga³ e da urbanização da margem esquerda do mesmo rio, com o projeto do Anel Viário, bebiam nessa fonte: trazer a verdade e a vida. E, para tal, nada melhor que um “milagre”.

³ O projeto da Barragem foi elaborado entre 1966 e 1967. As obras foram realizadas pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Maranhão entre as décadas de 1960 e 1970.

Além da construção das novas avenidas, havia a proposta de transformação nos modos de viver e morar das camadas pobres da cidade mediante a construção de um grande bairro operário na região do Itaqui, distante do centro da cidade. Autoridades chegaram a falar em 400 mil habitantes, a maioria oriunda dos bairros atingidos pelas intervenções modernizadoras. Estava claro que, no novo modelo de modernidade, não havia lugar para os casebres, as palafitas, o mangue.

O estopim para o projeto de remoção do grande contingente populacional foi um incêndio nas palafitas do Goiabal, às margens do rio Bacanga, ocorrido na noite do dia 14 de outubro de 1968. O revelador foi que, a partir de então, o governo estabeleceu que “não mais seria permitida a construção de novas moradias nos locais com previsão de serem alvo de eventuais intervenções urbanas ou remoções” (*O Imparcial*, 16 de outubro 1968).

O trágico acontecimento desencadeou amplas transformações na cidade: um grande contingente de desabrigados foi rapidamente realojado na região do Itaqui, no que viria a ser o bairro do Anjo da Guarda. A ação estava amparada nos planos já delineados desde 1966, inclusive com pesquisas realizadas pela equipe do renomado urbanista Wit-Olaf Prochnik⁴, arquiteto responsável pela elaboração dos planos da construção do distrito industrial de São Luís com o objetivo de mapear o problema habitacional da cidade e elaborar planos para a futura cidade industrial (*O Imparcial*, 3 de maio de 1968). A pesquisa realizada pela equipe foi matéria de publicação no *Jornal do Dia*, em julho de 1968 (Figura 3)

Figura 3 – Título de matéria publicada no *Jornal do Dia*, São Luís (1968).



Fonte: *Jornal do Dia*, 14 de março de 1968

Desde 1966, já existiam propostas para a ocupação da área do Itaqui, tendo como justificativa a necessidade de construção de novas vias de acesso ao novo Porto. A construção do trecho da rodovia que faria a ligação entre São Luís e o novo Porto do Itaqui foi alavancada com o incentivo propagandístico e pela necessidade de abrigar os vitimados pelo incêndio. Ainda em 1968, teve início a ocupação da região até então conhecida como Itapicuraíba – histórica nomenclatura do bairro Anjo da Guarda.

Além da construção do novo bairro operário, outras ações foram realizadas no desígnio do que se chamou “Maranhão Novo”. A Ponte do São Francisco ou Ponte da Esperança foi vista como o grande símbolo daqueles novos anos. A ponte deveria ligar o Centro velho à outra margem do rio Anil e à cidade

⁴ Wit-Olaf Prochnik foi um dos maiores arquitetos do Rio de Janeiro ao longo dos anos 1960/70 até sua morte prematura, em 1983.

nova, que lá deveria ser erguida. Sua construção proporcionou, de acordo com Natércia Morais (2006), um paulatino processo de valorização da antiga vila de pescadores do São Francisco, transformando-a num polo de atração de investimentos imobiliários, partir da década de 1970.

Outra ponte foi bastante comemorada na imprensa e nas rodas da cidade: a ponte “Carataiua (Ponte Governador Newton Bello), também sobre o Rio Anil” (SILVA, 2012, p. 173). Ela atendia à proposta de encurtar a distância entre o centro da cidade e a região das praias do Olho d’Água e de Araçagi, as mais frequentadas à época. A construção dessa ponte foi acompanhada pela instalação de um conjunto residencial do Instituto de Pensões do Estado do Maranhão, fato que contribuiu para a urbanização da região (*O Imparcial*, 1968).

A meta era a criação de uma infraestrutura, resultante de um planejamento racional por meio do trabalho de um corpo técnico-administrativo, que daria vida às intervenções, com condições e competência para a realização da proposta governamental, como pontua Guilhon (2007). A imprensa local deu projeção às obras realizadas nos dois primeiros anos do Governo Sarney

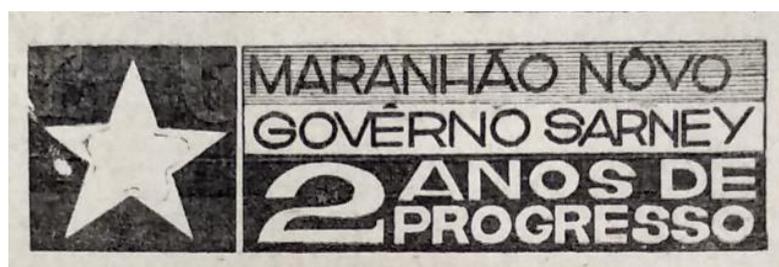
Figura 4 – Título de matéria publicada no jornal *O Imparcial*, de São Luis (1968), noticiando as obras realizadas no segundo ano do Governo Sarney



Fonte: *O Imparcial*, 25 de janeiro de 1968.

Sarney atraiu, também, a atenção da mídia do sul do país, como um caso de particular êxito: a revista *Veja* noticiou que o pobre estado nordestino passava por uma verdadeira revolução, cujas linhas gerais apoiavam-se em um ambicioso plano de pavimentação das rodovias, na construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, na estruturação da TVE e em inúmeras intervenções urbanas em São Luís, cujo símbolo maior foi a Ponte do São Francisco. Outros elementos também funcionaram como publicidade para o suposto “novo Maranhão”, que estava em processo de nascimento, como a busca, por parte do estado, de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a instalação de indústrias, sobretudo do setor alimentício, como o caso da “Cervejaria Maranhense”, instalada em São Luis em 1968 (*O Imparcial*, 25 de setembro de 1968). O próprio governo do estado se encarregou de dar publicidade aos feitos que em dois anos apontavam para o progresso do Maranhão (Figura 5).

Figura 5 – Selo comemorativo de dois anos de governo Sarney, exibido na publicidade governamental



Fonte: *Jornal do Dia*, 5 de maio de 1968.

O crescimento da cidade de São Luis, a chegada de novos empreendimentos industriais e as obras que se espalhavam pelo subúrbio demandavam um investimento importante e necessário, na produção de energia elétrica. Esse era um problema que afligia a capital, acostumada com interrupções periódicas do fornecimento de energia. A construção da Usina da Boa Esperança, no Médio Parnaíba, visava contribuir para o incremento do fornecimento de energia elétrica para que a capital reduzisse a dependência em relação a geradores movidos a diesel (*Jornal do Dia*, 10 agosto de 1968).

Extensas regiões do subúrbio, sobretudo na área do Anjo da Guarda, ficavam periodicamente sem energia, mas a prioridade do governo era o fornecimento de energia para os empreendimentos privados, enquanto a luz para as camadas pobres da população da cidade só viria depois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU “E O MILAGRE ACONTECEU”?

E o milagre aconteceu... máquinas chegaram para acelerar o progresso [...] uma equipe jovem, liderada por jovens, veio proporcionar melhores dias aos maranhenses. [...] Uma das mais ousadas construções da época foi a Barragem de Bacanga, que visava melhorar o saneamento da cidade, encurtar a distância para o novo porto e dar um lago à cidade (*O Milagre do Maranhão*, 1970).

Eis o trecho da narração do locutor Aloízio Pimentel, exibido no documentário “O Milagre do Maranhão”, dirigido pelo renomado cineasta romeno Isaac Rozenberg, relatando as realizações do governo José Sarney (1966-1970). O filme visava apresentar ao público nacional as realizações do governo do Maranhão, o sucesso de suas obras e o alinhamento com as ordens dos militares. Além disso, o cinejornal ajudou a pavimentar a candidatura (vitoriosa) do governador José Sarney ao senado, em 1970.

O milagre maranhense, assim como o chamado “Milagre Brasileiro”, foram marcados por fortes investimentos que resultaram no elevado grau de satisfação de setores diretamente beneficiados pelos incentivos, mormente dos setores ligados ao grande capital nacional e estrangeiro. De acordo com Carlos Gianazi, a oferta de empregos formais foi efetivamente ampliada – as grandes obras infraestruturais foram importantes nesse quesito. Porém, esse aumento não significou “um paralelo aumento dos índices salariais para a grande maioria dos trabalhadores manuais não especializados” (GIANNAZI, 2013, p. 13).

Segundo Ermínia Maricato (2013), a segunda metade do século XX foi um importante momento de modernização da estrutura urbana das cidades brasileiras; desde a ocupação dos espaços públicos até o interior das moradias, as transformações foram profundas. Isto não significou, entretanto, uma transformação homogeneamente moderna. O milagre e a modernização possuíam claros limites:

Enquanto o crescimento econômico se manteve, o modelo “funcionou” criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso aos direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento (MARICATO, 2013, p. 14).

No que diz respeito à São Luís do final dos anos 1960, uma percepção preliminar do milagre leva a identificar que as consequências desse fenômeno foram limitadas, principalmente, no que toca às classes populares. Em 1968, por exemplo, ao mesmo tempo em que surgia o Conjunto Habitacional ELCA (conjunto habitacional de alto padrão, construído pela construtora de mesmo nome), pululavam na periferia da cidade, novas ocupações irregulares, procedentes do crescimento desordenado e do exôdo rural. É caso do Anjo da Guarda, datado do mesmo ano.

De acordo com Flávio Villaça, as camadas de baixa renda, durante boa parte do século XX, passaram a ocupar “parcelas do espaço urbano desprezadas pelas camadas de mais alta renda, inclusive aquelas junto às ferrovias” (VILLAÇA, 2001, p. 227). Havia, inclusive, um movimento lento, porém, constante de esvaziamento do centro histórico, representado pelo bairro da Praia Grande, em favor de áreas mais dinâmicas da cidade. Segundo o cronista J. Cordeiro (1968, p. 5),

[...] Praia Grande, o coração de vida e dinamismo do comércio de São Luís. Diversas firmas galgaram as ladeiras para o altiplano da cidade: Ruas da Palma, Afonso Pena, Praça João Lisboa; já se destacam as ruas da Paz, do Sol e, principalmente, a Oswaldo Cruz, além do João Paulo, que se transforma num centro de nosso comércio atacadista e varejista.

Naturalmente, esse conjunto de empreendimentos comerciais atraía um grande contingente de moradias, de todos os níveis, para suas cercanias. O caso do bairro do João Paulo é característico, pois aquela região se tornou, em meados dos anos 1960, um espaço de casas sofisticadas, construídas segundo as mais modernas tipologias da moderna arquitetura, mas cercadas por uma série de bairros pobres e com reduzidos serviços públicos. O outrora Caminho Grande, elo com o antigo centro da cidade e importante ponto de passagem de quase toda a população dos subúrbios “passou a ligar, também, a herança do trapiche lusitano à influência das residências modernas do João Paulo”. O cronista Celso Anchieta pontuou que a cidade, aos poucos, ia mudando sua fisionomia, mesclando o novo e o velho, o tradicional e o moderno:

A cidade se expande ante o capricho de uma população que se multiplica. Hoje o conjunto arquitetônico de São Luís é formado pela mescla de novos e velhos edifícios. [...] A poesia cede por instantes o seu lugar à ciência. É necessário multiplicar o número de profissionais técnicos (ANCHIETA, 1968, p. 5).

Assim, o crescimento físico-territorial – e, para a elite, até espiritual – de São Luís teve como fenômeno paralelo a consolidação dos bairros populares em meio aos conjuntos de classe média, por exemplo “Caratatiua, Jordoia e Sacavém, vizinhos do então subúrbio João Paulo, que tornou-se um sub-centro funcional” (VIANA LOPES, 2008, p. 267). Portanto, com os planos para São Luís, uma nova cidade surgiu, como resultado da busca de superar a fisionomia da velha capital, ainda apegada aos estilos urbanísticos e arquitetônicos dos anos 1920 e 1930.

O crescimento geográfico da cidade deveria se subordinar à construção do eixo norte-sul na cidade (que cruzava a região central), que se estendia desde a ocupação São Francisco, proporcionada pela Ponte do São Francisco, na região norte da ilha, até a região sul, aonde iriam se localizar o Distrito Industrial, o novo Porto do Itaqui, o campus da Universidade Federal, além do novo bairro operário.

A “guerra” aos casebres, às palafitas, ao mangue e à pobreza era limitada. Naquele contexto de modernização atrelada ao capital, era mais interessante deslocar os símbolos da pobreza para longe; eles deviam ceder espaço para o asfalto e para o concreto. E a população proveniente dos bairros atingidos pelas intervenções, conforme o modelo adotado, seriam transferidas para a distante região do Itaqui, para expandir a cidade.

Esse fenômeno era uma consequência local de uma tendência nacional da época, onde expandir o território era uma verdadeira “marcha para oeste” no intento de ocupar, tal qual ocorria na Amazônia, regiões distintas, com a finalidade de promover o tão sonhado crescimento capitalista, ainda que de forma subalterna e autoritária. A estruturação do novo bairro operário do Itaqui (Anjo da Guarda) esteve sob a batuta da Comissão Estadual de Transferência da População (CETRAP), órgão do governo responsável por executar políticas nas novas regiões ocupadas. Porém, as sonhadas políticas públicas não passaram da construção de humildes palhoças, realizadas pela Polícia Militar.

A partir de 1969, a capital do Maranhão passou a contar com prefeitos biônicos, indicados pelos governadores do Estado, na sua maioria engenheiros.⁵ O jovem engenheiro Haroldo Olympio Lisboa Tavares foi um dos responsáveis por dar continuidade aos projetos do final dos anos 1960. Com a experiência de ter sido diretor-geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER), Haroldo Tavares liderou o processo de expansão da cidade para territórios além dos rios Anil e Bacanga. O grupo de engenheiros do qual Tavares fazia parte foi responsável pela criação de um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura da cidade desde o século XIX.

O conjunto viário do centro da cidade, o aterro e a barragem do Bacanga, a construção de casas populares via BNH e a pavimentação do interior da ilha deram ao prefeito, que permaneceu no cargo até 1975, o título informal de idealizador da São Luís moderna (*O Estado do Maranhão*, 2013), moderna pelo menos nos moldes do que desejava a ditadura vigente. Nos anos autoritários, o governo brasileiro executou todos os seus projetos sob a perspectiva da segurança nacional. A tal marcha para o oeste e a

⁵ Ao longo do governo de José Sarney, a cidade de São Luís foi governada por Eptácio Cafeteira, eleito pelo voto popular em 1965, que exerceu seu mandato até 1969, quando os prefeitos das capitais passaram e ser nomeados pelos governadores. O primeiro dos prefeitos biônicos de São Luís foi o engenheiro civil Vicente Fialho.

ocupação dos espaços vazios foram elementos, movimentos atrativos para a ditadura militar, foram determinantes para o processo de expansão da malha urbana e de transportes em São Luís e para a inclusão do estado do Maranhão, especialmente sua capital, no circuito capitalista nacional.

Sem a participação popular no bolo capitalista, a ocupação das novas áreas de São Luís provocou a chegada de grandes “levas de migrantes motivados pela promessa de emprego na região portuária e industrial” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2017 p. 7), o que contribuiu para o crescimento desordenado do espaço e outros problemas, como a ausência de serviços públicos e a violência urbana, elementos que ajudaram a formar o estigma dos bairros periféricos da capital, a despeito da instalação da Universidade Federal do Maranhão na localidade (*Jornal do Dia*, 19 de fevereiro 1969). Se as indústrias e o porto foram o enclave do desenvolvimento capitalista periférico, a universidade foi o enclave dos intelectuais e tecnocratas em meio à pobreza.

Os dilemas da modernidade periférica atingiam de forma cada vez mais intensa as franjas da cidade, nos anos 1960. Havia a intenção de anunciar parte dos bairros afastados como ícones do moderno, mas a realidade os aproximava da simbologia típica do subdesenvolvimento brasileiro. A violência era um problema e os serviços públicos mais elementares eram deficitários, apesar da proximidade da porta de saída de uma das maiores riquezas do país: o ferro, extraído das jazidas do Pará, que tinha o porto de São Luís como última parada antes da distribuição para o exterior.

Havia, segundo Janaina Cordeiro, um discurso que perpassava o campo simbólico, de que finalmente o futuro havia chegado (CORDEIRO, 2015, p. 9). Assim, mesmo com os planejamentos preliminares do Itaqui, passando pelas soluções viárias dos anos 1960, o cenário da periferia da capital maranhense permanecia marcada pelos casebres em meio às usinas, conforme a observação de Franz Gisterlink (1988). As periferias das cidades, ao longo da segunda metade dos anos 1960, foram marcadas, assim, em maior ou menor grau, pelo processo traumático de expansão do capitalismo periférico e autoritário, no qual os serviços e políticas públicas, bem como as supostas benesses de um Maranhão Novo, tiveram limitado alcance.

REFERÊNCIAS

Fontes

ANCHIETA, C. Entre o Anil e o Bacanga. *O Imparcial*, São Luis, 29 de novembro de 1968.

A Revolução de 31 de março. *O Imparcial*, São Luis, 14 de outubro de 1965.

Cervejaria Maranhense. *O Imparcial*, São Luis, 25 de setembro de 1968.

Construção da Usina da Boa Esperança. *Jornal do Dia*, São Luis, 10 de agosto de 1968.

CORDEIRO, J. O que é e o que foi. *Jornal do Dia*, São Luis, 28 de janeiro de 1968.

Desastre no Goiabal. *O Imparcial*, São Luis, 16 de outubro de 1968.

Fundação Universidade do Maranhão. *Jornal do Dia*, São Luis, 19 de fevereiro de 1969

Inaugurações de diversas obras. *O Imparcial*, São Luis, 25 de janeiro de 1968.

Maranhão é o estado menos industrializado do Brasil *Jornal Do Dia*, São Luis, 2 de maio de 1966.

Maranhão Novo, Governo Sarney. *Jornal do Dia*, São Luis, 5 de maio de 1968

Pesquisa já quase concluída dimensiona problema habitacional. *Jornal Do Dia*, São Luis, 14 de março de 1968.

Polo industrial de S. Luís. *O Imparcial*, São Luis, 3 de maio de 1968.

Sudene libera 520 milhões. *O Imparcial*, São Luis, 1 de junho de 1966.

Vamos sacudir e romper esta estrutura medieval. *Jornal Do Dia*, São Luis, 4 de março de 1966.

O Milagre do Maranhão. Cine-documentário. Direção de Isaac Rozenberg. Rio de Janeiro: Laboratório Rex Líder, 1970.

Bibliografia

AMARAL NETO, Roberval. “Lei Sarney de terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: 30º Simpósio Nacional de História: História e o futuro da educação no Brasil. *Anais...* Recife: ANPUH-Brasil, 2019.

ARAÚJO, E. W. F.; RIBEIRO, M. R. C. Do cais da sagração ao porto do Itaqui: *a decadência da Praia Grande e a ascensão do “Maranhão Novo”*. In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. *Anais...* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017.

BITTENCOURT, D. Souza. “Maranhão novo”: o primeiro ano do Governo de José Sarney (1966) através do jornal *O Imparcial*. In: PICCOLO, M.; SILVA, F. H. M. (org.). *Agentes, agências e imprensa na construção de dinâmica dos regimes ditatoriais contemporâneos*. São Luís: Ed. UEMA, 2018. p. 273-296.

CORDEIRO, J. M. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2015.

FERNANDES, H. C. *Administrações maranhenses: 1822-1929*. São Luís: Instituto Geia, 2003.

GIANNAZI, C. *A Doutrina de Segurança Nacional e o Milagre Econômico (1969/1973)*. São Paulo: Cortez, 2013.

GISTELINCK, Franz. *Carajás: usinas e favelas*. São Luís: Minerva, 1988

GUILHON, M. V. M. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. *Revista de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, p. 1-21, fev.-jun. 2007.

LACERDA, C. As revoluções que eu vi. *Realidade*. Ed. 00001, abr. 1966.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORAIS, N. C. F. *A ponte da esperança: o símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

REIS, J. C. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

VELOSO, F.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do milagre econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, ago. 2010.

Data de submissão: 19/05/2022

Data de aprovação: 15/01/2024

Copyright (c) 2024 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)